



ACÓRDÃO Nº862/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12666/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Airão.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Nerita de Castro Menezes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1043/2023-MPC/ELCM, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Airão. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Revelia.
Determinação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Novo Airão, sob a responsabilidade da **Sra. Nerita de Castro Menezes**, exercício 2019, nos termos dos artigos 1.º, II, 22, III, alíneas "b" e "c", e artigo 25, parágrafo único, todos da Lei Estadual n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas), e artigo 5.º, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas), pelas Restrições elencadas a seguir:

Da Notificação nº 01/2020-CI-DICAMI:

ACHADO DE AUDITORIA Nº 01 *Atraso na entrega das prestações de contas mensais;*

ACHADO DE AUDITORIA Nº 02 *Pagamento realizados com indícios de inexecução ou má-execução contratual, durante a auditoria in loco foi evidenciado pela equipe de auditoria que os serviços de contabilidade contratados pelo órgão no exercício auditado padeceram, no mínimo, de deficiência na sua execução pelas seguintes não-conformidades detectadas: 1) atraso no envio das PCM, 2) má elaboração dos demonstrativos contábeis e 3) retenção indevida de documentos fora da sede do órgão, prejudicando o trabalho da comissão de auditoria, conforme rol de evidências abaixo.*



ACÓRDÃO Nº862/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Ainda assim, o contrato foi pago em sua totalidade, consistindo em indícios de superfaturamento e indícios na deficiência de fiscalização do contrato pela não aplicação de penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8666/93;

ACHADO DE AUDITORIA Nº 03 *Sonegação de documentos e retenção de documentos fora da sede do órgão, durante a auditoria alguns documentos solicitados pela comissão via Ofício nº 01/2020-DICAMI/CI não foram apresentados em razão de não estarem na sede do órgão, em contrariedade à legislação e jurisprudência do TCE, prejudicando o trabalho de auditoria das contas;*

ACHADO DE AUDITORIA Nº 04 *Quebra do princípio da segregação de funções, foi verificado que o contador contratado para realizar a escrituração contábil, também é responsável pela emissão de empenhos e liquidação de empenhos (inclusive àqueles relacionados ao próprio pagamento), caracterizando falhas de controle interno administrativo, notadamente o da “segregação de funções” que estabelece que estrutura das unidades/entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio (IN CGU nº 01/2001);*

ACHADO DE AUDITORIA Nº 05: *Reajuste nos valores unitários do litro de gasolina comum, sem a respectiva celebração de aditivos contratuais que justifiquem a prática, Há diferenças de valores cobrados e liquidados. Tal prática só se justificaria mediante apresentação dos termos aditivos de contrato contemplando tais situações. Não foram apresentados à comissão de auditoria quaisquer documentação que justifique a situação encontrada, que consiste em indícios de reajuste irregular de preços;*

ACHADO DE AUDITORIA Nº 06: *Diferença entre valores executados do litro de gasolina comum, indícios de superfaturamento, Considerando os elementos descritos no Achado anterior, e tomando como referência o menor valor unitário da gasolina comum (R\$ 4,56), tem-se a incidência de sobrepreço da ordem de R\$ 1.750,89 no período verificado. Adicionalmente, tal diferença não considerou o mês de Outubro/2019, tendo em vista que tais informações não foram apresentadas à Comissão de auditoria. Fica desde já facultado o recolhimento dos valores em evidência à conta do município;*

ACHADO DE AUDITORIA Nº 07: *Admissão a título comissionado, para funções de auxiliar de serviços gerais e vigia, Identificou-se que os cargos abaixo foram admitidos com vínculo comissionado, contrariando a regra constitucional prevista no art. 37, V da CF/88;*

ACHADO DE AUDITORIA Nº 08: *Ausência de previsão legal para o pagamento da rubrica gratificação a cargos comissionados, na*



ACÓRDÃO Nº862/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

análise da folha de pagamento do mês de outubro de 2019, verificou-se o pagamento da rubrica “gratificação” de códigos 022 e 088 a 3 servidores comissionados (no total de R\$ 4.044,51). Solicitou-se in loco a lei que fixa e regulamenta referidas gratificações, tendo sido apresentada somente a Lei nº 241/2009 Estatuto dos Servidores públicos. Referida lei nº 241/2009 no art.137, inciso III, consta previsão genérica do pagamento das gratificações por função gratificada e por participação em comissão ou coordenação de programas especiais. Tais pagamentos carecem de suficiente regulamentação, portanto, de legalidade, por faltar norma que fixe a natureza, valores e percentuais;

ACHADO DE AUDITORIA Nº 09: *ausência de prestação de contas dos gastos relacionados a obras ou serviços de engenharia, durante as atividades de auditoria, não foi atendida a solicitação de documentos do auditor de obras da comissão, necessários para a consecução dos trabalhos de auditoria e comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos nos gastos relacionados ao escopo de engenharia. O rol de documentos não apresentados são:*
a) Relação de Bens Imóveis adquiridos no exercício de 2019 pela Câmara Municipal; b) Lista de descrição de Licitações, Contratos, e Notas de Empenho de Obras e Serviços de Engenharia realizados pela Câmara Municipal de Novo Airão, no exercício de 2019. Na Prestação de Contas Anual, foi apresentado no Portal e-Contas e na Prestação de Contas Anual o DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS PELAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS conforme fls.73-74 dos autos, cumprindo o inciso XXXVI do art. 1º da Resolução nº 27/2013-TCE/AM; c) Processos Licitatórios, de Dispensa e/ou Inexigibilidade, conforme o caso (art. 7º, §§ 2º e 9º, da Lei nº 8.666/93), referentes ao exercício 2020; d) Contratos, Processos de pagamento, referentes a Obras e Serviços de Engenharia realizadas em 2019, com Projeto Básico completo (art. 7º, I e II c/c art. 6º IX da Lei 8.666/93); e) AS NOTAS DE EMPENHO DE DESPESAS REALIZADAS PELAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DURANTE O EXERCÍCIO foram apresentadas nos informes mensais do período no Portal e-Contas especificando quais eram as obras, contratos e valores liquidados, no campo do Área Auditor/Obras. Em consulta aos empenhos registrados de forma geral, sem especificar Obras e serviços de engenharia, pode, preliminarmente destacar tais empenhos referentes aos Recursos ordinários, com a subfunção de infraestrutura;

Da Notificação nº 129/2022-DICOP:

Restrição 4: Contratos, Processos de pagamento, referentes a Obras e Serviços de Engenharia realizadas em 2019, com Projeto Básico



ACÓRDÃO Nº862/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

completo (art. 7º, I e II c/c art. 6º IX da Lei 8.666/93);

Restrição 5: AS NOTAS DE EMPENHO DE DESPESAS REALIZADAS PELAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DURANTE O EXERCÍCIO foram apresentadas nos informes mensais do período no Portal e-Contas especificando quais eram as obras, contratos e valores liquidados, no campo do Área Auditor/Obras. Em consulta aos empenhos registrados de forma geral, sem especificar Obras e serviços de engenharia, pode, preliminarmente destacar tais empenhos referentes aos Recursos ordinários, com a subfunção de infraestrutura;

Restrição 6: Ausência de Termo de Contrato, e Termos Aditivos de Contrato (caso houver) e respectivas Publicações, devidamente assinados conforme o caso (art. 60; art. 61, § único; art .62 da Lei 8666/93);

Restrição 7: Ausência de Nota de Empenho e as suas respectivas Ordens de Pagamentos, (arts. 58, 60 e 61 da Lei 4320/64; caput do art. 62; art .62, §§ 2º e 8º da Lei 8666/93; art. 9º da LRF 101/00); h) Ausência Notas Fiscais emitidas pelo contratado (art. 65 da Lei 4320/64);

Restrição 8: Justificar/apresentar documentos quanto a ausência de Registros fotográficos da obra/serviço, durante a execução (Art. 2, inciso II, alínea i da Resolução Normativa nº 27/2012 do TCE/AM);

Restrição 9: Ausência de Portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato, ou documento equivalente (Art 58, III; Art. 67 a 70 e 112 da Lei 8666/93) **Restrição 10:** Detalhamento dos Serviços executados, assim como especificações técnicas, para a execução do objeto contratado, para Justificar e/ou apresentar documentos quanto a ausência de apresentação de Boletins de medição e/ou reajustes ou Laudo de vistoria, emitido pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços ou dos fornecimentos dos itens/materiais adquiridos (art. 67, § 1º da Lei 8666/93);

Restrição 11: Considerando a ausência de todos os documentos pertinentes às despesas acima analisadas, resta entender que não houve a comprovação da boa e regular aplicação dos Recursos e Empenhos acima descritos, podendo ser responsabilizado pela devolução dos valores e despesas realizadas ilegal ou não-comprovadas, portanto justificar com elementos comprobatórios da regular aplicação dos recursos referentes a diferença apontada por esta CI/DICOP no valor de R\$ 120.263,66 (cento e vinte mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos), referente aos valores gastos decorrentes da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos despendidos, sujeitos à fiscalização por esta Corte de Contas.



ACÓRDÃO Nº862/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.2. Considerar em alcance a Sra. Nerita de Castro Menezes**, gestora da Câmara Municipal de Novo Airão, à época, no valor de **R\$ 122.014,55** (cento e vinte e dois mil, quatorze reais e cinquenta e cinco centavos), com base no art. 304, I, e 305, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, sendo o montante de montante de **R\$ 120.263,66 (cento e vinte mil, duzentos e sessenta e três mil reais e sessenta e seis centavos)**, em razão da não demonstração dos serviços de engenharia, e **R\$ 1.750,89 (um mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos)** em razão das diferenças de preços do litro da gasolina encontradas na execução da despesa com combustível, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Novo Airão;
- 10.3. Aplicar Multa a Sra. Nerita de Castro Menezes**, gestora, à época, da Câmara Municipal de Novo Airão, **no valor de R\$ 40.654,39 (quarenta mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com base no art. 54º, II, III e VI, da Lei nº 2.423/96, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Marcus Vinícius Pelodan Santos**, Contador, à época, da Câmara Municipal de Novo Airão, no valor de **R\$ 16.654,39 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, em razão das impropriedades elencadas



ACÓRDÃO Nº862/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

na **Notificação nº 02/2020-DICAMI/CI: ACHADO DE AUDITORIA Nº 01** pagamento realizados com indícios de inexecução ou má-execução contratual, durante a auditoria in loco foi evidenciado pela equipe de auditoria que os serviços de contabilidade contratados pelo órgão no exercício auditado padeceram, no mínimo, de deficiência na sua execução pelas seguintes não conformidades detectadas: 1) atraso no envio das PCM, 2) má elaboração dos demonstrativos contábeis e 3) retenção indevida de documentos fora da sede do órgão, prejudicando o trabalho da comissão de auditoria, conforme rol de evidências abaixo. Ainda assim, o contrato foi pago em sua totalidade, consistindo em indícios de superfaturamento e indícios na deficiência de fiscalização do contrato pela não aplicação de penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8666/93; Má elaboração dos demonstrativos contábeis de 2019, como exemplos, não se vê nos demonstrativos a apresentação dos saldos de 2018; Retenção indevida de documentos financeiros e jurídicos (licitações/dispensas e contratos) fora da sede do órgão, prejudicando as atividades de auditoria. Fonte: Ofício 135/2020-GP/CMNA; **ACHADO DE AUDITORIA Nº 02** Deficiência na elaboração de demonstrativos contábeis foi verificado que as demonstrações contábeis do exercício auditado não seguem os padrões do MCASP, notadamente quanto à falta de apresentação dos saldos do exercício anterior; **ACHADO DE AUDITORIA Nº 03** Sonegação de documentos e retenção de documentos fora da sede do órgão; **ACHADO DE AUDITORIA Nº 04** Atraso na entrega das prestações de contas mensais, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, com fulcro no art. 54º, II, III e VI, da Lei nº 2.423/96, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas -



ACÓRDÃO Nº862/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Marcelo da Costa Pinheiro**, Secretário de Finanças da Câmara e Presidente da Comissão de Licitação, exercício 2019, no valor de R\$ 14.654,39 (**quatorze mil, seiscientos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos**), em razão das impropriedades elencadas na **Notificação nº 03/2020-DICAMI/CI: ACHADO DE AUDITORIA Nº 01** Pagamento realizado com indício de inexecução ou má-execução contratual, durante a auditoria in loco foi evidenciado pela equipe de auditoria que os serviços de contabilidade contratados pelo órgão no exercício auditado padeceram, no mínimo, de deficiência na sua execução pelas seguintes não conformidades detectadas: 1) atraso no envio das PCM, 2) má elaboração dos demonstrativos contábeis e 3) retenção indevida de documentos fora da sede do órgão, prejudicando o trabalho da comissão de auditoria, conforme rol de evidências abaixo. Ainda assim, o contrato foi pago em sua totalidade, consistindo em indícios de superfaturamento e indícios na deficiência de fiscalização do contrato pela não aplicação de penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8666/93; **ACHADO DE AUDITORIA Nº 02** Sonegação de documentos e retenção de documentos fora da sede do órgão, durante a auditoria alguns documentos solicitados pela comissão via Ofício nº 01/2020-DICAMI/CI não foram apresentados em razão de não estarem na sede do órgão, em contrariedade à legislação e jurisprudência do TCE, prejudicando o trabalho de auditoria das contas; e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, com fulcro no art. 54º, II, III e VI, da Lei nº 2.423/96, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder,



ACÓRDÃO Nº862/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Considerar revel o Sr. Marcus Vinícius Pelodan Santos**, Contador, à época, da Câmara Municipal de Novo Airão, para todos os efeitos, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 88, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM;
- 10.7. Considerar revel o Sr. Marcelo da Costa Pinheiro**, Secretário de Finanças da Câmara e Presidente da Comissão de Licitação, exercício 2019, para todos os efeitos, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 88, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM;
- 10.8. Determinar** à origem que regularize a situação dos servidores comissionados identificados no achado 07, uma vez que eles não exercem função de direção, chefia ou assessoramento, conforme determina o art. 37, V, da CF/88;
- 10.9. Determinar** à origem que providencie a regulamentação da gratificação prevista no art. 137, inciso III da Lei nº 241/2009 de forma a fixar os percentuais e valores da referida gratificação;
- 10.10 Dar ciência a Sra. Nerita de Castro Menezes**, gestora, à época, da Câmara Municipal de Novo Airão, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, AUTORIZA-SE a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM);
- 10.11 Dar ciência ao Sr. Marcus Vinícius Pelodan Santos**, Contador, à época, da Câmara Municipal de Novo Airão, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM);



ACÓRDÃO Nº862/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.12 Dar ciência ao Sr. Marcelo da Costa Pinheiro, Secretário de Finanças da Câmara e Presidente da Comissão de Licitação, exercício 2019, acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de uma nova notificação aos Interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Maio de 2023

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral